

# Um sonho que acabou

JORNAL DO BRASIL

Barbosa Lima Sobrinho

**Q**uem se der ao trabalho do confronto, entre o acordo atual sobre a dívida externa, e o *funding loan* de 1898, poderá chegar à conclusão que não houve, entre as duas negociações, nenhuma mudança substancial. Pelo menos ambas obedeceram à orientação política do arroz com feijão, tanto do agrado de nossos governantes, através dos tempos, sempre sob a guarda dos economistas de maior fama, numa ortodoxia sistemática, fundada num respeito supersticioso aos credores estrangeiros.

Em suma, o que se acaba de conseguir? Maior solenidade nos compromissos de respeitar a data sagrada do pagamento dos juros. Com a aparência de uma concessão, o adiamento das datas para a amortização do capital. Alguma cousa classificada como "dinheiro novo" e que ninguém sabe se chegará realmente ao Brasil, ou se virá apenas para cobertura dos juros já vencidos, para comprovar, mais uma vez, que nunca chegamos a pagar nossas dívidas, senão através de novos empréstimos, como se demonstra com a história de nossa política financeira.

Na verdade, já não podemos falar em dívida de 110 bilhões de dólares. No momento atual já está em 120 bilhões. Com os empréstimos em negociação, tudo leva a crer que já está no caminho dos 130 bilhões. Como já ficamos longe dos menos de três bilhões de João Goulart é como vamos nos aproximando dos prognósticos do senador Evilásio Vieira, que já nos falava em 144 bilhões.

Mas se não conseguímos pagar dívida de 110 bilhões, como se demonstrou com o nosso apelo à moratória, que foi menos uma opção voluntária do que um imperativo da situação financeira, como vamos fazer frente a uma dívida de 130 bilhões?

É em face dessa impossibilidade que os credores nos impõem, para afastar obstáculos, o auxílio do Fundo Monetário Internacional, com as suas receitas inflexíveis. Há que cortar muita cousa nos orçamentos brasileiros, não só despesas como investimentos necessários, para atingir aquele equilíbrio orçamentário, que venha permitir os desembolsos reclamados pelos bancos. No fundo teremos, no corte dos salários, como na paralisação de todas

as obras públicas uma fase de depressão, por sua natureza imprevisível.

Um quadro negro, como estamos vendo. As nuvens que se acumulam anunciam tempestades devastadoras e sofrimentos inumeráveis. Um espetáculo que não terá condições de comover o Fundo Monetário Internacional, prisioneiro de algarismos insensíveis. Para ele, tudo se reduz a números que precisam ser conquistados, em condições de satisfazermos compromissos dos empréstimos externos. Mesmo porque ele não está a serviço do Brasil. Não chega para nos auxiliar. Todo o seu empenho é contentar os banqueiros, pouco se importando com as necessidades dos países em que estão operando. Como instrumentos dos credores, não pode deter-se diante dos interesses dos devedores. Aquela eterna canção, se ela vos desagrada, vamos recomeçá-la, é o estribilho dessas missões usurárias. Inspiram-se nos sentimentos de Shylock, o mercador de Veneza. Zeraram não apenas a devolução do dinheiro, como, sobretudo, o pagamento de juros extorsivos, de juros subversivos, como os classificou Joelmir Betting.

Essa política, que o Brasil vem fazendo há mais de vinte anos, recebeu a classificação de que se limita a empurrar a dívida com a barriga. Para a execução dela, não haveria, aliás, melhor ministro, até fisicamente, do que o senhor Delfim Neto. Embora não seja pequeno o número de financistas que se especializaram na sua aplicação. Sabem há muito como assinar as cartas de intenção, exigidas pelo F.M.I., para não serem cumpridas. Não têm nenhuma hesitação em subscrever todas as obrigações exigidas pelos representantes dos credores, sabendo, de sobra, que não poderão ser cumpridas. Juntam a docilidade ao cinismo, sem se envergonharem de uma cousa, ou de outra, com a maior desfaçatez deste mundo. Quantas cartas de intenção foram aceitas? Quantas foram cumpridas?

Por isso Tancredo Neves, em face da situação criada para o Brasil, tomou aquela decisão heróica de não permitir que a dívida externa viesse a ser paga com a fome e a miséria do povo brasileiro. Sobretudo quando se tratava de empréstimos realizados no momento dos petrodólares, quando não se sabia quem devia agradecer o empréstimo, se o banqueiro

que se aliviava do pagamento dos dividendos prometidos aos depósitos bancários dos donos do petróleo, se os países que os recebiam quase que para fazer favor aos banqueiros internacionais, atentos às comissões que eles deixavam. O economista Anthony Sampson compreendeu muito bem a situação quando escreveu, no seu livro *Os Credores do Mundo*, que os bancos estavam ansiosos para fazer os empréstimos, "especialmente quando encontravam a oportunidade de estabelecer relacionamento íntimo com países em expansão. Era bem verdade que, mesmo em 1977, os países em desenvolvimento respondiam por apenas 5% desses empréstimos totais, mas esse novo negócio era muito mais lucrativo: em 1976, o Citibank estava auferindo 13% de sua receita mundial de um único país em desenvolvimento, o Brasil, enquanto 8% vinham dos Estados Unidos". (*Os Credores do Mundo*, pág. 162).

Esses empréstimos valem como uma vitória da usura, pois que fundados em juros flutuantes que chegaram algumas vezes a exceder 20%. Mas como usar ou invocar esses argumentos, quando os banqueiros estavam unidos num *pool* e os devedores compareciam humilhados, como se não houvesse oportunidade também para formação de um cartel dos devedores. O problema sempre foi político, uma vez que interessava profundamente a todos os povos do Terceiro Mundo. Mas foi tratado sempre como uma questão quase particular, entre credores e devedores, no foro ou nos locais indicados ou preferidos pelos banqueiros.

O resultado aí está, numa solução que vem atender ao interesse dos banqueiros, que pouco se importam com a devolução do capital, uma vez que continue a servir de base ao pagamento de juros usurários, e que acabe valendo como um tributo colonial de países que, apesar disso, ainda se consideram independentes e soberanos. E ainda há quem fale em potência emergente, quando a realidade se traduz na desvalorização da moeda nacional e no alargamento do fosso que separa ricos e pobres, numa desigualdade que vai aumentando todos os dias. Afinal, resgatar a dívida, sem o sacrifício e a miséria do povo, não passava de um sonho de Tancredo Neves. Um sonho que acabou.